

## HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIACHO AÇAIZAL-MA

**Msc. Ronaldo dos Santos Barbosa**

[mestrando2005@hotmail.com](mailto:mestrando2005@hotmail.com)

Prof. Assistente do CESI/UEMA

Mestre em Geografia pelo IESA/UFG

**Dr. Manoel Rodrigues Chaves**

[manoelufg@gmail.com](mailto:manoelufg@gmail.com)

Professor Adjunto do CAC/UFG

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo caracterizar o processo de ocupação da bacia do Açaizal, localizado na Microrregião de Imperatriz e Messorregião oeste do Maranhão. A bacia em estudo tem uma área de 181,5 Km<sup>2</sup>, conta com quatro povoados a saber Cumarú, Olho D'água, Jenipapo e Açaizal Grande. A partir da década de 1960 a microrregião de Imperatriz e, logo em seguida, a bacia do Açaizal, passaram por um processo de ocupação rápida, em virtude da abertura da Rodovia BR 010 (Belém-Brasília). Utilizou-se de um vasto referencial bibliográfico sobre o tema em estudo, além de entrevistas padronizadas com os moradores pioneiros em cada um dos quatro povoados da bacia. Dentre as correntes de povoamento do Maranhão podemos destacar três: a litorânea, a do interior e a dos nordestinos fugitivos da seca, sendo a terceira responsável pela ocupação da bacia. No decorrer do processo de ocupação vale destacar três momentos importantes, primeiro a abertura da BR 010, segundo o avanço de lavoura temporária com destaque para a cultura do arroz e terceiro o avanço da pecuária. Grande parte dos moradores ocupantes vieram do leste maranhense em busca de terras para a agricultura. Os pioneiros no processo de ocupação da área hoje assistem os novos atores ordenarem e reordenarem os espaços de acordo com os interesses predominantes, com o intuito de atenderem aos anseios capitalistas em vigor. Nesse jogo de interesse o que menos importa é a preservação do patrimônio ambiental e cultural construído pelos pioneiros.

**Palavras-Chave:** Processo de Ocupação. Bacia Hidrográfica. Açaizal.

### HISTORICAL OF OCCUPATION OF THE HYDROGRAPHIC BASIN STREAM AÇAIZAL-MA

#### ABSTRACT

This article aims to characterize the process of occupation of Açaizal basin, located in Messorregion of Imperatriz and Messoregion west of Maranhão. The study basin has an area of 181,5 Km<sup>2</sup>, it has four villages namely Cumarú, Olho D'água, Jenipapo and Açaizal Grande. From the 1960s the microrregion Impertariz and soon after the basin of Açaizal, went through a process of rapid occupation, due to the construction of the highway BR 010 (Belém-Brasília). We used a broad theoretical background about the topic under study, and structured interviews with residents pioneers in each of the four villages of the basin. Among the current population of Maranhão we can highlight three to coast, the interior and northeast of fugitives from drought, while the third one responsible for occupation of the basin. In the process of occupation is worth highlighting three important moments, the first opening of the highway BR 010, according to the advancement of temporary crop especially rice cultivation, and the third move of livestock. Most residents the occupants came from eastern Maranhão in search of land for agriculture. The pioneers in the process of occupation of the area today are the new actors ordain and reordenarem spaces according to the predominant interests in order to meet the wishes of capitalists in force. In this game of interest what less important is the preservation of cultural and environmental heritage built by pioneers.

**Key-words:** Occupacion Process. Hidrographic Basin. Açaizal

---

Recebido em 27/04/2010

Aprovado para publicação em 06/09/2011

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estado do Maranhão teve seu processo de ocupação iniciado pelo litoral, na primeira metade do século XVII. Iniciado pelos franceses, com a fundação de São Luís, em 1612. Em seguida os portugueses comandaram o processo de ocupação, sendo que a primeira frente de ocupação portuguesa foi denominada por Cabral (1992) de “frente litorânea”. Tal frente teve a participação do Estado português e da Igreja. Essa frente se inicia pelo litoral e segue em direção ao interior do estado pelo vale dos rios Itapecuru, Mearim e Grajaú, chegando até o município de Caxias, no leste do estado.

Outra frente não menos importante no processo de ocupação do estado foi a denominada por Cabral (1992) de “frente pastoril” (Fig. 1), ou frente dos criadores de gado, responsável pela ocupação do sul do Maranhão. Iniciada na Bahia percorre todo o sertão nordestino e chega ao leste do estado pelos sertões de Pastos Bons, no século XVIII. Em sua trajetória recorta os campos de cerrado do centro sul do estado, chegando até a região de floresta equatorial, na microrregião de Imperatriz. Trovão (2008) afirma que a frente dos criadores de gado estacionou exatamente ao sul da floresta equatorial e a norte do cerrado, enquanto a frente vinda do litoral só conseguiu alcançar o baixo curso dos rios que formam o golfo maranhense, deixando, portanto, um vazio demográfico entre uma frente e outra.

O vazio demográfico até então existente entre as duas frentes: a litorânea e a pastoril baiana, compreendia a região oeste do estado com a presença da floresta equatorial que constituía um obstáculo natural que dificultava a penetração de populações que ali chagavam, aliado a isso a inexistência de estradas trafegáveis manteve a área isolada até meados da década de 1950. E por fim alguns autores, dentre eles Feitosa e Trovão (2006), Trovão (2008), e Lima (2008) fazem referência a uma terceira frente denominada de “frente de expansão agrícola” por uns e/ou “corrente de fugitivos da seca” por outros. Originária do sertão nordestino, no início do século XX, por volta de 1930, embora de forma tímida em sua fase inicial, passando pelo leste e chegando com grande expressão no oeste maranhense a partir dos anos de 1960 já em sua segunda fase.

Trovão (2008) explica que os motivos que trouxeram os migrantes do leste para o oeste do estado, podem ser classificados em dois: os de repulsão e os de atração. O primeiro fugindo da seca que castigava o sertão nordestino no momento e das dificuldades de absorção de mão de obra, enquanto as causas do segundo seriam terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solos férteis, além do verde da floresta. A frente nordestina movida pela necessidade de terras para a prática da agricultura itinerante possibilitou o avanço pela pré-amazônia maranhense, estabelecendo novas rotas principalmente para o vale do rio Pindaré.

Ao que nos parece, a terceira frente constitui a de maior importância para a abordagem proposta no presente trabalho, em especial sua segunda fase, uma vez que nos propomos a abrir uma breve discussão acerca do processo de ocupação do oeste maranhense a partir da segunda metade do século XX, momento em que o Maranhão é inserido na economia nacional com a cultura do arroz. Inicialmente se faz necessário entender o que levou a região a entrar na conjuntura econômica nacional, em seguida as etapas de ocupação e, por fim, como isso se processa até chegar à área objeto de estudos.

Importante fazer algumas distinções entre as várias concepções apresentadas sobre frentes. É comum na literatura geográfica se falar em frente de expansão e frente pioneira. No entanto, a distinção entre uma e outra nem sempre é consenso entre os estudiosos. Para Martins (1996), os geógrafos falam da frente pioneira como fronteira econômica, enquanto a frente de expansão seria entendida como fronteira demográfica. Isso reflete talvez o contexto em que cada autor está inserido no momento em que relata tal processo ou até mesmo o período histórico em que os mesmos analisam tal termo. Para Sousa (2005, p. 36) “[...] os geógrafos consideram a movimentação econômica como uma das condições básicas para entender o processo atual de ocupação das fronteiras”. Já Martins (1996) faz uma análise didática de fronteira partindo da ocupação inicial chamada de *frente de expansão*, tomando como base às concepções da Geografia, onde para ele *frente de expansão* é concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência às populações autóctones, enquanto a concepção de *frente pioneira* não leva em conta essas populações, tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor.

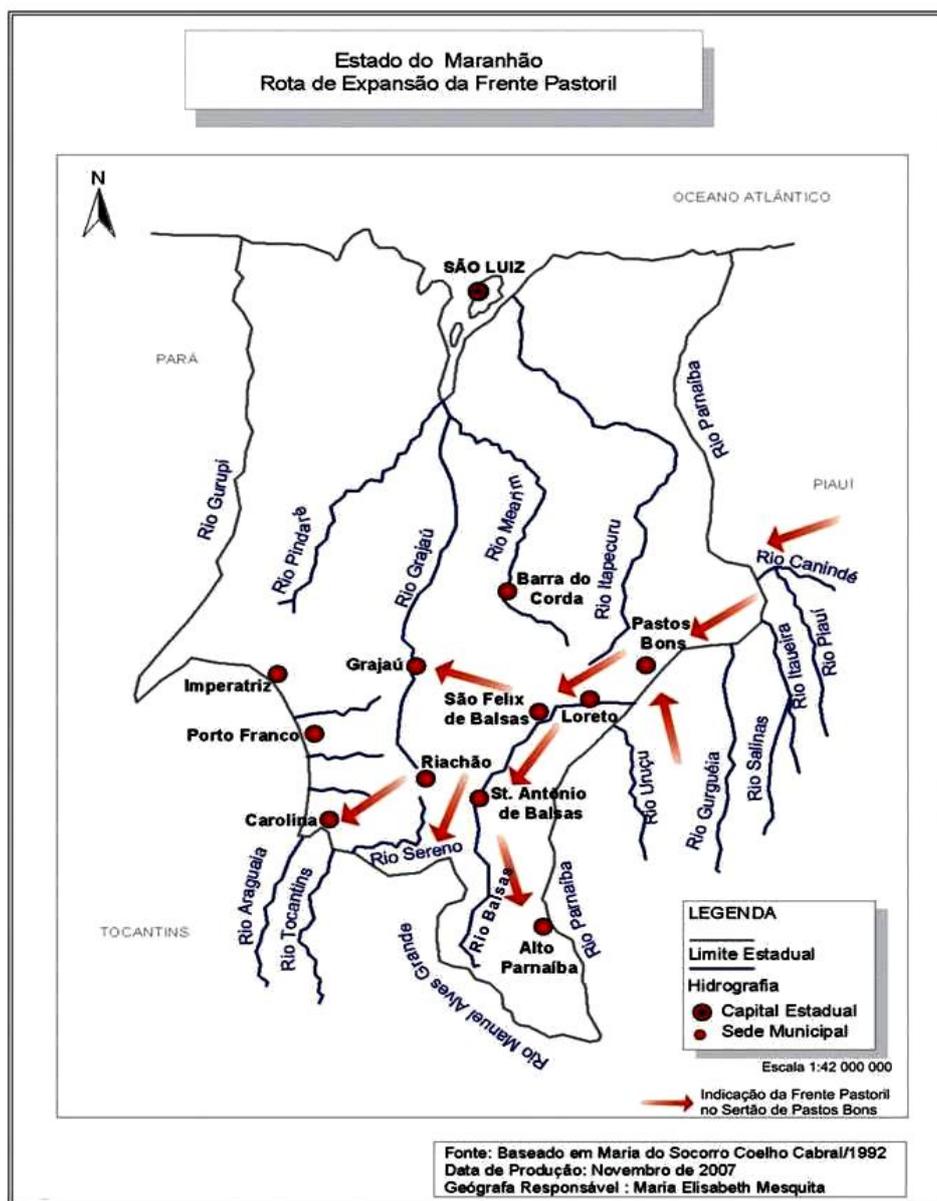


Figura 1. Rota de expansão da frente pastoril baiana. Fonte: Rocha (2009)

Waibel (1955) apud Lima (2008, p. 49), afirma que “[...] uma das características de todas as zonas pioneiras seria o crescimento rápido da população e paralelamente a isso a expansão rápida de uma área cultivada”. Portanto, nesta concepção não se pode considerar o criador de gado, nem tampouco o empresário como agentes na zona pioneira o que difere da visão de Martins (1996).

Neste sentido, Sousa (2005) coloca que a frente de ocupação da região de Imperatriz abrigava agentes com interesses distintos, de um lado as populações pobres oriundas do nordeste e do leste maranhense, fugitivos da seca, que encontraram na região condições favoráveis para o desenvolvimento de uma agricultura itinerante de subsistência e do outro, fazendeiros oriundos do centro-sul do país, atraídos pela facilidade de aquisição de terras na região através de incentivos fiscais do estado.

Portanto, a segunda fase da frente agrícola dos nordestinos fugidos da seca foi alimentada por programas federais, e por incentivos do governo do Maranhão, também como veremos a seguir. Ao analisar a dinâmica da frente agrícola que tinha como agentes nordestinos fugidos da seca que se dirigiram ao oeste maranhense no século XX. Lima (2008), afirma que esse fluxo migratório se deu em duas etapas, uma bem mais tímida por volta dos anos de 1930, e uma segunda bem mais intensa a partir de 1960, após diversos investimentos dos governos federal e estadual com o intuito de incorporar a região oeste no modelo econômico nacional.

Para Lima (2008), o sentido do deslocamento desta frente em sua segunda etapa se dá no sentido leste-oeste, partindo do vale do Pindaré até o vale do Tocantins. Nessa saga dos ocupantes da frente surgiram diversos povoados e vilas, umas deram lugar a cidades e outras já nem existem mais.

Vale ressaltar que os primórdios da ocupação da microrregião de Imperatriz se deu na segunda metade do século XIX, com a fundação da vila de Santa Tereza, sendo que de sua fundação em 1852 até a década de 1950 permaneceu à frente de expansão, marcada pela relação entre índios e posseiros. O início das obras de construção da rodovia BR-010 (Belém-Brasília) muda completamente a dinâmica de ocupação da área e aí se instala a frente pioneira, com fazendeiros e latifundiários. Juntamente com essa frente, começa, a partir da década de 1960, o processo de grilagem das terras dos vales do Tocantins e Pindaré.

Nesse contexto a ocupação da Pré-Amazônia maranhense, ou mais especificamente da microrregião de Imperatriz, teve seu processo de ocupação acelerado a partir da abertura da Rodovia BR 010 (Belém-Brasília) no final da década de 1950 e início dos anos 60, com a chegada de um grande número de migrantes vindos, em grande maioria, do leste do estado e de outros estados da região nordeste e, posteriormente, com a implantação do Projeto Grande Carajás na década de 1980, este além de atrair mão de obra também desabrigou muitas famílias, que se dirigiram para a área de estudo.

### **A Abertura dos Eixos Rodoviários e o Início do Ciclo do Arroz.**

Com a inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho, o mesmo passou por uma rápida evolução econômica e social a partir da década de 1950. Neste momento a região oeste incorporou-se numa contínua expansão de sua dinâmica de ocupação territorial. Pode-se afirmar que os espaços vazios ora existentes entre as duas correntes de ocupação do Maranhão já não existiam mais, esse processo de ocupação sempre esteve ligado à concepção de frente, responsável pelos avanços demográficos, econômicos e sociais.

Incorporar as terras livres do Maranhão, no modelo econômico vigente, baseado no modo capitalista de produção, tornou-se uma tarefa urgente e prioritária por parte dos governos estadual e municipal, a partir da década de 1950. A região oeste do estado e, em especial, à microrregião de Imperatriz tinha urgência em incorporar áreas vazias ao modelo vigente, dar-se então a abertura das frentes de ocupação na área em referência.

Arcangeli (1987) destaca quatro momentos importantes na formação do espaço econômico e social do Maranhão, sendo eles: 1. A conquista e povoamento inicial seja pela corrente litorânea ou pela pastoril; 2. A inserção na divisão internacional do trabalho com a cultura do algodão; 3. A involução econômica, com a queda da cultura do algodão e diminuição da extração do babaçu e seus derivados e por fim o quarto momento que é a inserção na divisão nacional do trabalho com a cultura do arroz.

Vale ressaltar então que o quarto momento destacado pelo autor citado acima nos interessa, pois foi a partir deste momento que se deu a ocupação tanto do oeste maranhense, quanto da área da bacia em estudo. Pois bem, a inserção do Maranhão no contexto econômico nacional, acontece mediante quatro grandes fatores, o primeiro a abertura de eixos rodoviários nacionais (BR 010 e BR 226) e estaduais (MA 122 e MA 280), o segundo a ocupação do oeste do estado, antes chamado de vazio demográfico, a partir de intensos fluxos migratórios provenientes tanto do leste maranhense quanto de estados vizinhos em especial Ceará e Piauí, o terceiro o avanço das áreas de lavoura temporária, produtoras de alimentos barato para o mercado nacional e por fim o avanço da pecuária, antes na retaguarda das áreas de lavoura e agora seguindo o plantio de pastagens ou aproveitando as áreas já desbravadas pela agricultura itinerante.

Arcangeli (1987), ao analisar a ocupação do oeste maranhense, a partir da frente agrícola, chega a afirmar que tal processo se deu em uma quarta fase de formação econômico-social, que para ele, grande parte dos migrantes que chegaram a Imperatriz nos anos de 1960, tiveram que deslocar para o interior no sentido leste em função de terras devolutas ora existentes no vale do rio Pindaré, passando por João Lisboa e Mucuíba, atual sede do município de Senador La Rocque, ambos na microrregião de Imperatriz.

A quarta fase econômica a qual o autor fez referência foi caracterizada pela inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho. O referido autor destaca alguns momentos que caracterizam a tal fase como:

Avanço das áreas de lavoura temporária, produtoras de alimentos para o mercado nacional; Ocupação efetiva do oeste maranhense, antes espaço vazio, a partir da intensificação dos fluxos migratórios provenientes do leste maranhense e de estados nordestinos; Avanço da pecuária e áreas de pastagem, antes na retaguarda das áreas de lavoura e atualmente sobre as mesmas. Arcangeli (1987, p. 101).

Logo após a chegada definitiva da frente agrícola foi possível perceber algumas mudanças econômicas e sociais na microrregião de Imperatriz, dentre elas podemos destacar um avanço crescente das áreas de lavoura temporária (Fig. 2), produtora basicamente de arroz, milho, feijão e mandioca. Neste sentido Villar et. al. (2001) faz referência a quatro sistemas de cultivos existentes no Maranhão até meados da década de 1970, sendo os seguintes: roça em toco, roça pouco mecanizada, roça irrigada e roça mecanizada. Na região oeste do Maranhão havia o predomínio de dois sistemas de cultivo sendo eles; a roça em toco praticada nas pequenas unidades familiares nas proximidades da cidade de Imperatriz e a pouco mecanizada praticada por médios proprietários ao longo da rodovia BR-010.

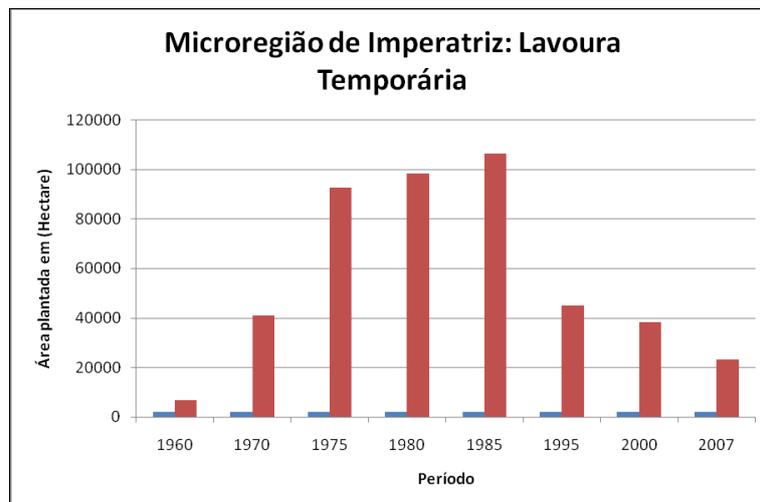


Figura 2. Lavoura Temporária na microrregião de Imperatriz no período de 1960 a 2007.  
Fonte: IBGE. Organização: Ronaldo dos Santos Barbosa.

Esse avanço das áreas de lavoura temporária é um fenômeno que se identifica a fase de inserção ou (re) inserção do Maranhão na economia nacional. Nesse período o Maranhão era considerado “celeiro agrícola do nordeste” assumindo papel importante na produção de alimentos baratos que permitem a baixa remuneração de sua força de trabalho. Como consequência de tal papel assumido pelo Maranhão, em especial, a região oeste torna-se área de absorção dos nordestinos fugidos da seca e em busca de terras para trabalharem. Este avanço teve início na década de 1970 e perdurou até meados da década de 1980.

A partir da década de 1970, a Região de Imperatriz se tornou uma grande produtora de arroz (Fig. 3), sendo a maior exportadora para Minas Gerais. Instala-se na região, neste momento, o ciclo do arroz que dura pouco mais de uma década, logo é substituído pelo ciclo da madeira e expansão da pecuária. Com a diminuição de terras devolutas nas proximidades de Imperatriz e ao longo da BR-010 se inicia uma corrida desenfreada para as terras do vale do Pindaré em direção ao recém criado município de João Lisboa, chegando até os municípios de Montes Altos e Amarante do Maranhão.

É notório que a abertura da rodovia BR-010 impulsionou este processo de migração para o oeste do estado. A partir das décadas de 1960 e 1970 com a abertura de outros eixos rodoviários possibilitando o fluxo migratório de leste para oeste, observa-se nesse período até meados dos anos 1990 um rápido crescimento populacional nessa área. As frentes de migrantes avançaram rapidamente causando transformações de ordem ambiental e quebrando as estruturas sociais e econômicas pré-existentes.

Segundo Léna (1998), para se compreender esse movimento de migração em toda sua dimensão, não se pode analisar somente os aspectos socioeconômicos e espaciais, é importante incluir também os atores participantes desse movimento e levar em conta suas motivações. Pois cada migrante que se dirige para essas áreas, independente de sua posição

social alimenta a esperança de acumulação de bens, assegurando assim sua promoção social e um futuro melhor para suas famílias.

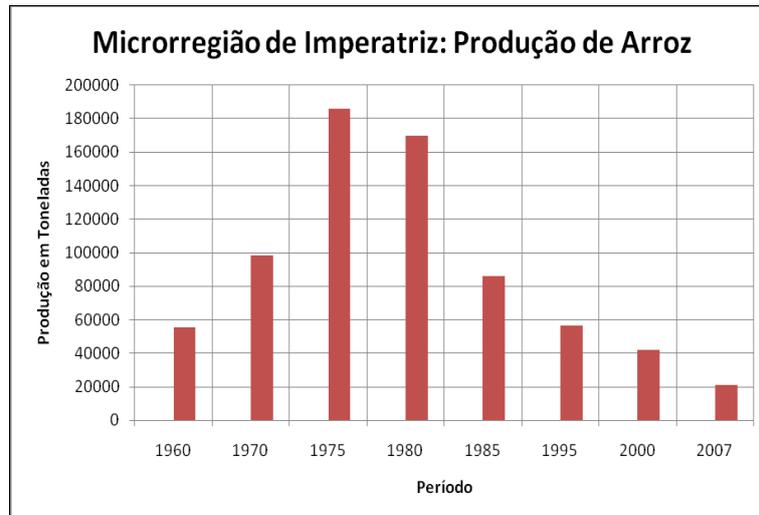


Figura 3. Produção de arroz na microrregião de Imperatriz de 1960 a 2007.  
Fonte: IBGE. Organização: Ronaldo dos Santos Barbosa.

Asselin (1982, p. 26) relata as condições dos migrantes que viviam às margens da BR- 010 na década de 1970; “O povo bebia água de cipó e comia só carne de caça com sal ou arroz de pilão cozido na água e sal. Enfrentaram malária, que fez muitas vítimas. Morria tanta gente que nem se fazia mais vista por luto”. Analisando o processo de ocupação dos espaços vazios do território nacional Martins (1994. p. 15) disserta sobre os reais motivos dos movimentos migratórios regionais.

A causa dos movimentos migratórios espontâneos internos, basicamente, resultam de disposição individual ou de grupos de indivíduos em busca de melhores condições de vida, senão e própria sobrevivência. [...] Se não há oportunidade onde se encontra, o homem, sobretudo o trabalhador da terra, vai a procura de onde se instalar e garantir melhores condições de vida.

Ressalta-se que a pavimentação da Belém-Brasília foi outro fator de essencial importância, para se compreender os fluxos migratórios para o vale do Pindaré, pois de 1967 até mais ou menos 1970, o tráfego nestas rodovias só eram possíveis na estação da seca. “O asfalto facilitou as comunicações e o surto de valorização das terras foi muito grande, provocando ainda mais a cabeça dos grileiros que formavam verdadeiras quadrilhas para açambarcar as terras dos índios e dos posseiros dessas regiões”.(ASSELIN, 1982. p. 21).

### **Os Conflitos pela Posse da Terra e o Avanço da Pecuária Extensiva.**

Para compreender o contexto em que a região se inseria, a partir deste período, se faz necessário analisar o cenário nacional. Souza et. al (1990) afirmam que a ocupação efetiva do oeste maranhense se inicia no governo de Juscelino Kubitschek, quando no final de 1956 cria o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), coordenado por Celso Furtado onde uma das preocupações de Furtado era a ocupação do oeste do Maranhão, como alternativa para diminuir as pressões das regiões nordestinas castigadas com a seca.

Diante das afirmações expostas acima fica claro também a intenção do Governo em diminuir os fluxos migratórios da região nordeste para a região sudeste, criando assim, uma alternativa para os nordestinos que sonhavam com um pedaço de terra para cultivar. Percebemos a partir deste momento o aumento considerável da população da região de Imperatriz e entorno (fig. 4).

O marco definitivo do processo de ocupação capitalista das terras da região de Imperatriz e do vale do Pindaré – oeste maranhense - foi a aprovação da lei estadual Nº 2.979/69, que instituiu o Estatuto da Terra do Maranhão, ou vulgarmente chamada da “*lei de terras do Sarney*”. A referida lei tinha como intenção maior incentivar a apropriação de terras, à medida que abre o campo para as ocupações de terras, via sociedade anônima, provocando o esmagamento da pequena propriedade e a institucionalização da grilagem.

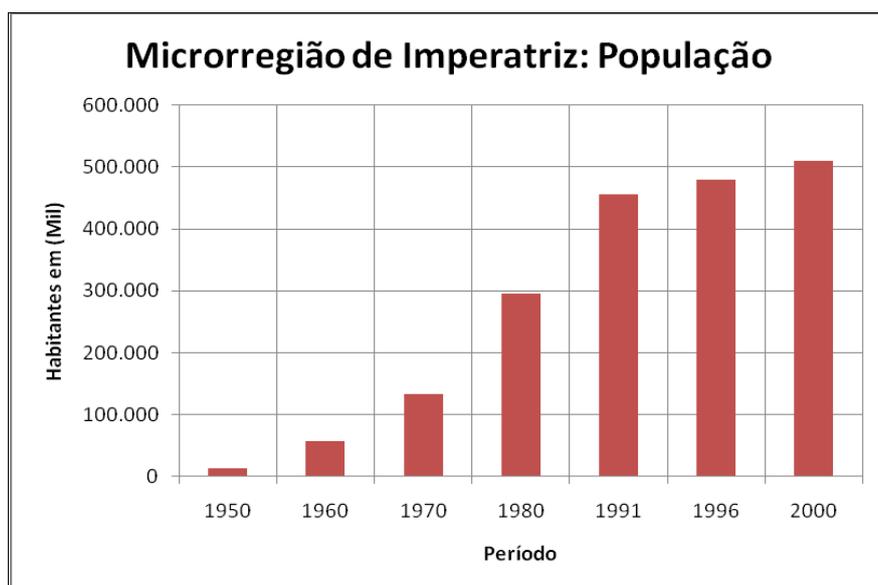


Figura 4. Crescimento da população na microrregião de Imperatriz no período de 1950 a 2000. Fonte: IBGE. Organização: Ronaldo dos Santos Barbosa.

Algumas grandes fazendas foram implantadas à custa de incentivos fiscais. Desta forma despontam na região, latifúndios, grandes proprietários individuais e pequenos proprietários. A luta pela propriedade é exercida normalmente pelo confronto com antigos ocupantes, incluindo fazendeiros tradicionais e posseiros. Com o crescimento das áreas de lavoura temporária e aumento da população as áreas antes usadas pela lavoura dava lugar a uma nova paisagem, sendo que as pastagens plantadas, a partir da década de 1970, tiveram crescimento expressivo (fig. 5).

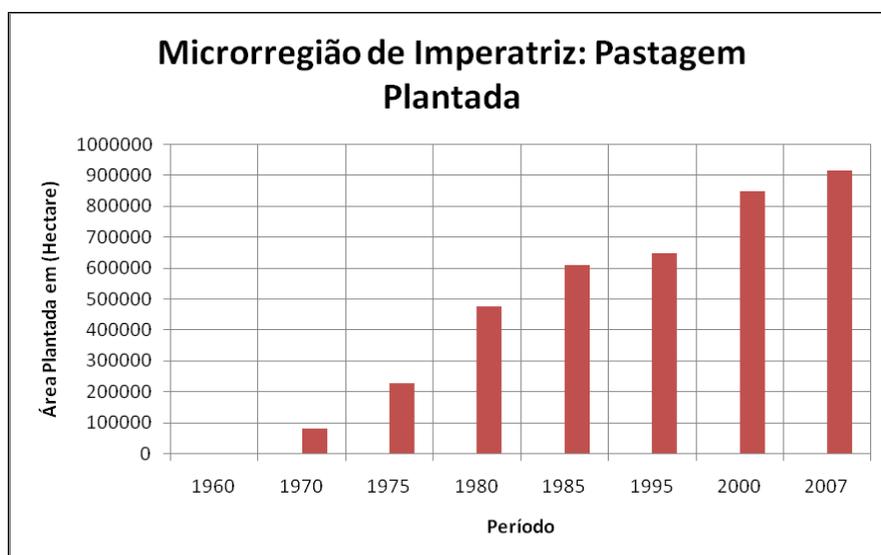


Figura 5. Pastagem plantada na microrregião de Imperatriz de 1960 a 2007. Fonte: IBGE. Organização: Ronaldo dos Santos Barbosa.

PRODIAT (1995), afirma que as terras livres ou devolutas, ora existentes no oeste maranhense, que tinham cobertura florestal, foram transformadas em pastagens por fazendeiros e/ou grupos empresariais, favorecidos pelos incentivos fiscais oriundos da SUDENE (Superintendencia de Desenvolvimento do Nordeste). As áreas de pastagens plantadas acompanhavam o mesmo ritmo de crescimento dos rebanhos bovinos (Fig. 5 e 6). Segundo Asselin (1982), antes do início das obras de construção da rodovia Belém-Brasília os principais produtos agrícolas cultivados em Imperatriz eram: cana-de-açúcar, milho, feijão, fava, arroz e mandioca, todos destinados apenas ao consumo local.

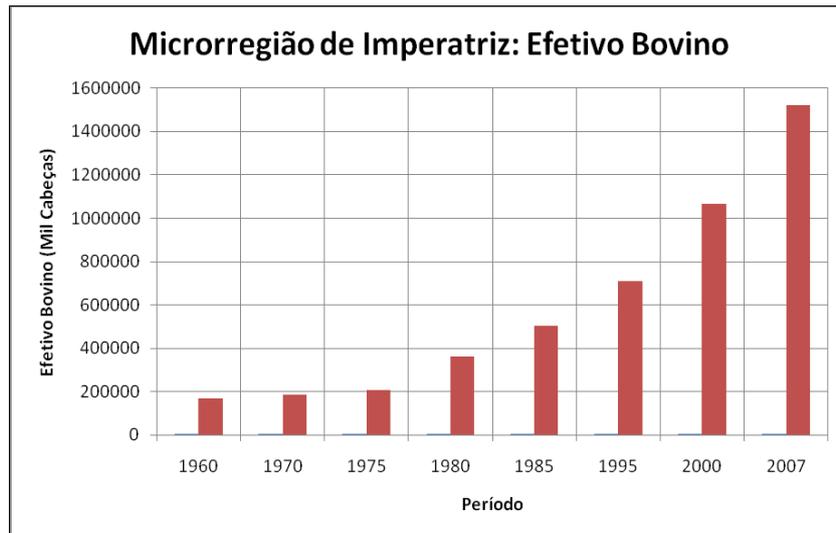


Figura 6. Efetivo bovino na microrregião de Imperatriz de 1960 a 2007. Fonte: IBGE.  
Organização: Ronaldo dos Santos Barbosa.

Com a construção da rodovia Belém-Brasília, a região toma outra dinâmica. Arcangeli (1987) relata que através de incentivos fiscais proporcionados pela SUDENE, nas décadas de 1960 e 1970 e pela criação do Estatuto da Terra do Maranhão “Lei de Terras do Sarney”, foram responsáveis pela dinamização das atividades da pecuária, antes presentes apenas nas áreas de ocupação, mais antiga tomam novo rumo em buscas de áreas já exploradas pela agricultura. Essa ocupação rápida no oeste causou uma série de violentos embates entre pequenos proprietários e fazendeiros.

Asselin (1982), ao se referir sobre as etapas de ocupação e desenvolvimento da região de Imperatriz, divide didaticamente o período que compreende as décadas de 1960 e 1970 em três períodos distintos sendo: o primeiro de 1956 a 1964, marcado pela construção da Belém-Brasília e junto com a rodovia os processos de grilagem de terras, dentre os mais significativos os grilos do Gurupi, Torre Segunda, Campo Alegre e Frades; o segundo de 1965 a 1968, com a interiorização da ocupação em direção ao vale do Pindaré e o terceiro de 1969 a 1977, marcado pela criação da Delegacia de Terras logo substituída pela SAGRIMA (Secretaria de Agricultura do Maranhão), com o objetivo de “disciplinar” a ocupação e titular as terras.

Já no final da década de 1970 e início de 1980 em função dos grandes conflitos existentes na Pré-Amazônia, foi criado pelo Governo Federal o PRODIAT (Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia-Tocantins), criado durante o governo de João Figueiredo pelo Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980 e extinto pelo Decreto-Lei Nº 2.328, de 5 de maio de 1987, durante o governo de José Sarney. Segundo PRODIAT (1985), a construção das Rodovias BR-010 (Belém-Brasília), no final da década de 1950 e Transamazônica, constituíram um fator importante para a aceleração do processo de ocupação da Pré-Amazônia maranhense. A partir da década de 1970, com a pavimentação da Rodovia Belém-Brasília e a criação do programa Grande Carajás, cria-se um novo fator de atração de migrantes para a área. Já na segunda metade do século XX, com a chegada da frente pioneira na região de Imperatriz, se iniciam os conflitos pela posse das terras. Neste contexto, Martins (1996) disserta, afirmando que com a capitalização do campo é comum a ocorrência de conflitos envolvendo pecuaristas e posseiros.

Esse processo foi mais marcante na área denominada Bico do Papagaio que compreende Norte do Tocantins, Sul do Pará e Oeste do Maranhão. Segundo Andrade (1995) esta área foi ocupada rapidamente por pecuaristas estimulados pela abertura da BR-010. Os criadores de gado utilizando jagunços expulsaram os posseiros para estender suas áreas de pastagem, esse fato resultou na morte de alguns posseiros, padres, advogados.

De acordo com as colocações de Asselin (1982), ao longo da Belém-Brasília viam-se migrantes nordestinos que ocuparam inicialmente as margens da rodovia e, logo em seguida, com a chegada de fazendeiros mineiros, baianos e capixabas que formaram uma classe média rural. Com essa nova fase, iniciou-se um novo processo de expulsão de posseiros que ocupavam pequenas glebas e foram obrigados a procurar outras áreas no interior ou se transferirem para os núcleos urbanos.

Andrade (1995) relembra o caso do garimpo de Serra Pelada no Pará, que recebeu grande parte dos posseiros expulsos da “região de Imperatriz”. A partir daí surgem os conflitos fundiários entre posseiros, fazendeiros e empresas madeireiras, que pretendiam se apropriar de áreas maiores. Os conflitos pela posse de terras no Sul do Pará, Norte do Goiás e Oeste do Maranhão levam o governo federal a criar em 1980 o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins).

### A Ocupação da bacia do Açaizal.

A bacia (Figura 7) foi ocupada a partir de 1960 por famílias vindas, em particular, do leste maranhense e de outros estados nordestinos. Em geral, essas famílias vinham para Imperatriz atraídas pelo progresso que ora se instalava com a abertura da rodovia BR-010 (Belém-Brasília). Os grileiros da região impediam os posseiros e migrantes recém-chegados de terem acesso às terras próximas a Imperatriz. Com a emancipação de João Lisboa, em dezembro de 1961, e a necessidade da ocupação de seu território, abrem-se correntes de ocupação das áreas devolutas do novo município e é nesse contexto que a ocupação da bacia do riacho Açaizal se concretiza.

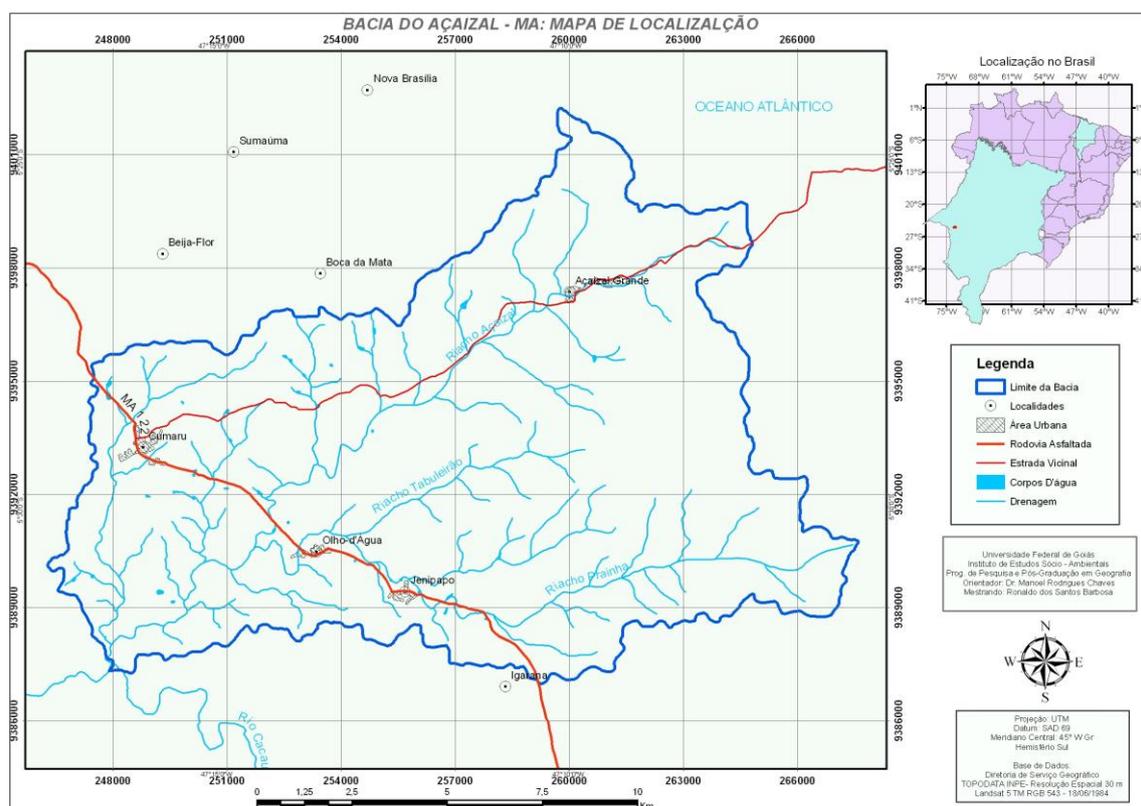


Figura 7. Mapa de localização da bacia do Açaizal-MA.

Inicialmente tivemos a ocupação dos povoados Cumaru e Jenipapo, no final da década de 1950. Logo em seguida, a ocupação de Olho D'água, em 1960, e de Açaizal Grande, em 1961. O povoado Cumaru, ocupado no final da década de 1950, é hoje o povoado que apresenta maior dinâmica de crescimento. É o maior povoado do município, sendo menor apenas que a sede do município Senador La Rocque. Conta com uma população de cerca de 1.746 habitantes (FUNASA, 2008), apresentando uma economia mais diversificada que vai da agricultura com predomínio da horticultura até comércio (supermercados, lojas e farmácias) e uma fábrica de queijo que recebe todo o leite produzido nos arredores.

Cumaru foi ocupado inicialmente por posseiros vindos em grande maioria do leste maranhense, que se mantiveram isolados de Imperatriz até meados da década de 1960, sendo que a partir da pavimentação da BR-010 essa área se tornou alvo de grilagem por que o itinerário agora eram as terras devolutas que ainda restavam na região do alto Pindaré. Os destinos dos posseiros eram diversos, desde Paraibano no leste maranhense, Imperatriz, Floriano no Piauí e Presidente Dutra no Maranhão. As primeiras famílias chegaram em 1958, mas somente a partir de 1966 que houve um fluxo de migração mais intenso.

Nessa época as terras eram devolutas como afirma o Sr. E. F. dos S. (60, 2008).

Naquela época a terra era voluntária, não tinha dono, nós trabalhava todo mundo no mesmo lugar, botava um pedaço de roça aqui outro ali e assim foi, ai quando foi em 68 começou a divisão das terra aqui, foi feita pelos próprios posseiros, até que veio a discriminatória dessa área em 84 pelo GETAT, ai nós ficamos só com um pedaço véi e o Aldo e o Abel ficaram com essas terras aqui de baixo, nesse pé de serra e encheram de capim.

A divisão das terras começa no momento da chegada de novos posseiros e a escassez de terras para roça ficava cada vez mais longe do núcleo do povoado, daí os posseiros começaram a fazer a divisão dos lotes. Hoje, uma reclamação unânime das famílias que ainda cultivam a terra é a de que a mesma está fraca, assim é inevitável a utilização de veneno para controlar as plantas invasoras. Através dos depoimentos a seguir, dá para ter uma noção de como era a produção antes e como está hoje, apesar de ter ocorrido uma pequena mudança da base técnica.

Quando nós chegamos aqui a produção era muito avançada e agora diminuiu muito, através das terras ser só capoeirão e ai alguma da pra gente prantar, as terra tão ficando fraca e ai o povo pranta muito capim e ai naquele lugar onde agente pranta capim não da mais arroz como antigamente [...] antigamente o inverno era mais bom, hoje xi o inverno ta mais fraco e é muito e doído, tem ano que chove pouco outro que chove demais, ninguém sabe mais quando começa e nem quando termina o inverno. (E. da S. S, 58, 2008).

Uma linha de arroz naquela época dava 10 saco, todo lugar que agente botava roça dava de 10 pa12 saco de arroz mais hoje a produção não é muito grande porque a maioria das pessoas não tem é onde plantar, as terra aqui ta na mão de rico, pra trabaia tem que pagar renda, a pessoa paga uma base de 10% ou 15% de arrendamento pra poder produzir as pessoa pobre que num tem terra, a num ser que seja os assentamentos, eu num vejo a hora de me aposentar. (E. F. S, 60, 2008).

Naquele tempo você plantava uma roça de 16 linhas (10.000 m<sup>2</sup>) panhava arroz que abusava, 200 a 300 sacos. Hoje você bota um alqueiro de roça nem colhe direito que o mato toma de conta de tudo, uma linha de terra quando dá muito dá 6 saco. Agora naquele tempo era uns 20 a 25 saco por linha. Naquele tempo quando era logo no mês de outubro, novembro tava plantando tudo, hoje você espera o inverno e só chove um poquim de dezembro pra frente e é fraco ainda. (A. F do N. 80, 2008).

Um dos fatores atribuídos por eles para explicar a baixa produtividade agrícola seria a falta de chuvas (inverno para eles) e a ausência de matas. As florestas existentes foram retiradas e atualmente o que existem são capoeirões em descanso, com a presença de babaçuais, o que dificulta a derrubada e a produção agrícola. Já o povoado Jenipapo foi ocupado também no final da década de 1950, tendo o senhor Raimundo Vicente Ferreira como um dos primeiros moradores. Ele veio do município de Buriti Bravo, no Maranhão, 1958. O povoado Jenipapo é cortado pela rodovia estadual MA-122, é banhado pelo riacho Prainha.

Possui uma população de 548 habitantes (FUNASA, 2008), que vivem basicamente da agricultura, com o cultivo de hortaliças e plantio de arroz, milho, feijão e mandioca. O povoado de Açaizal Grande também integrante da bacia em alusão, teve sua ocupação iniciada em junho de 1961, logo após a emancipação de João Lisboa, ocorrida no mesmo ano, em 15 de dezembro. Nesse período um grande número de famílias vindas do leste maranhense e de outros estados nordestinos se deslocaram para essa área à procura de terras para trabalhar, intensificando a ocupação. Segundo Barbosa e Santos (2002), o povoado Açaizal Grande apresenta quatro setores: o primeiro setor a ser habitado foi o setor da mangueira, logo depois o centro e, em seguida, áreas próximas às margens do riacho Açaizal. As primeiras famílias que chagaram em Açaizal Grande eram de origens diversas como: Pastos Bons, Paraibano, Caxias e Amarante. Construíram suas casas às margens do riacho e, o nome do povoado foi dado pelo grupo da família do senhor Felix devido a grande quantidade de pés de açai, daí o nome Açaizal Grande.

Açaizal conta com uma população de 641 habitantes, distribuídos em 275 famílias que vivem basicamente da agricultura de subsistência e da plantação de mandioca para fabricação de farinha e fécula de mandioca, sendo que este último constitui a base da economia do povoado (FUNASA, 2008).

As primeiras casas foram construídas à margem direita do riacho. São casas feitas de taipa e cobertas com folhas de babaçu. Uma característica importante no povoado é que, à medida que as terras propícias para agricultura foram ficando escassas, as famílias foram se deslocando à procura de novas áreas, caracterizando a agricultura itinerante. É o que afirma o sr. (F. P. B., 63, 2008):

Nóis acabemo primeiro essa terra aqui perto do brejo e aqui embaixo nesse pé de serra. Porque quando nóis acituemo em 62 que fizemo a primeira abertura aí começou a entrar gente. Aqui era assim nóis escolhia os lugar melhor pra botar roça e depois nóis subimo ali pra riba da serra até que conseguimos ficar pra la mesmo. Aí o Aldo chego e aproveitou aquelas copoeira que nóis já tinha amansado e lascou capim. Eu num tirei terra aqui embaixo porque nesse tempo ninguém grelava terra aí quando o GETAT vei pra cortar as terra nóis já tava trabalhando em cima da serra.

Uma característica interessante é que grande parte dos primeiros moradores tem residência no povoado, mas o local de trabalho fica em média sete a doze quilômetros do núcleo do povoado. Velho (1979, p. 202) relata que: “Essa separação entre local de residência e local de trabalho tornou-se mais frequente à medida que chegavam novos migrantes e a terra disponível já estava mais longe”. Um dilema surgia nesse momento entre os ocupantes mais antigos, permanecer nas áreas já utilizadas por eles para roça ou migrar em busca de terras virgens e deixar suas famílias no povoado. Na grande maioria, os posseiros mais antigos deixavam membros da família cuidando de suas terras e seguiam à procura de novas terras. Isso perdurou até 1984 quando o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins) chega na região, faz a demarcação e emite o título definitivo para essas famílias.

Com isso, aumentam as dificuldades dos trabalhadores, sendo que a maioria vende suas terras para os grandes fazendeiros. Dificuldades como falta de estradas e água são comuns nas propriedades como se lê nos depoimentos abaixo:

É por que nóis num tem estrada pra transportar nossa mandioca, porque se quer transportar mandioca, tem que ser através de burro e a estrada nossa é muito ruim, tem uma ladera que no inverno não desce carga, desce pela manhã se não chover, se chover só a tarde quando inxugar. (N. L. dos S. 30, 2008).

Num tem estrada e nem água, nóis trabaia no seco levando água na costa do jumentim véi subindo ladera e a estrada é muito ruim e quando chove agente não sobe só sobe quando ta tudo inxuto. (L. S. S. 58, 2008).

O pior é que não tem estrada pra nóis ir, a estrada é muito péssima e além de ser ruim tomaro a miorzinha que tinha aquele miserave ali de cima cercou tudo e agora nóis tem que arruviar. (J. L. A. 62, 2008).

Primeiro nóis não tem estrada, lá só anda animal ou gente a pé. Segundo nóis trabaia num lugar seco, não tem água, só tem água no inverno que nóis junta água nos tanque e no verão agente leva água nas costa do jumento. (R. R. S. 41, 2008).

No que se refere ao Povoado Olho D'água o mesmo recebeu as primeiras famílias em 1960, tendo como fundador do mesmo a família do Sr. Felipe, mais conhecido como “Felipão”, daí o nome de Olho D'água do Felipão. Esse grupo familiar veio do município de Tuntum, no leste maranhense, e atravessou todo o sertão maranhense à procura de terra boa para trabalhar. O filho do Sr. Felipão, A. P da S. (58, 2008), afirma que o povoado de Olho D'água foi ocupado por sua família e quando eles chegaram não existia nem estrada que ligasse o local à vila de Campestre. O nome Olho D'água foi dado em função da facilidade de adquirir água, com uma profundidade de menos de um metro era possível alcançar o nível hidrológico. Logo, as primeiras casas foram construídas bem próximas ao riacho.

Até 1960 o povoado não era conhecido por parte dos migrantes. Apenas os caçadores já sabiam da existência dessa área boa para se morar como afirma o Sr. A. P da S. (58, 2008): “Nóis fiquemo sabendo porque nóis viemo ali pro jenipapo, aí o véi Zuza falou pra nóis que tinha esse lugar aqui e não tinha ninguém morando, aí nóis entremo ali pelo Campestre ... aí achemo esse lugar aqui com água bem rasiha e tinha muita água ali embaixo”.

O povoado de Olho D'água apresenta a menor população dentre os quatro povoados que formam a bacia. Tem apenas 418 habitantes, distribuídos em 179 famílias (FUNASA, 2008). Até meados dos anos de 1980 o povoado tinha ainda muitas áreas para agricultura. Hoje não se encontram mais áreas para agricultura, salvo com o emprego de tratores para arar a terra. O

que se vê bastante no povoado e arredores são grandes fazendas como a Fazenda Monte Sinai, que ocupa terras dentro do povoado indo até próximo ao povoado Açaizal Grande. A economia do povoado é sustentada pelo cultivo de hortaliças, com predomínio do cultivo do tomate em pequenas hortas. A produção é vendida no próprio local ou em feiras, como a feira do Bom Sucesso, na cidade de Imperatriz.

A bacia do riacho Açaizal tem atualmente cerca de 3.353 habitantes FUNASA (2008). Segundo a FUNASA a população dos povoados Açaizal Grande e Olho D`água tem diminuído bastante nos últimos anos. O que aponta o início de fluxo emigratório na área, sendo o inverso do que ocorreria nas décadas de 1960 e 1970, momento de intensa ocupação da área. Através das entrevistas realizadas nos quatro povoados foi possível identificar que a grande maioria dos ocupantes da área atual da bacia veio da região do Sertão de Pastos Bons (CABRAL, 1992), sendo os povoados de origem dos ocupantes: Buriti Bravo, Dom Pedro, Jenipapo dos Vieiras, Gonçalves Dias, Mirador, Paraibano, Presidente Dutra, Caxias e Pastos Bons.

Velho (1979) coloca que comumente os posseiros, após os trabalhos iniciais na nova terra, voltavam para buscar as suas famílias, que estariam a sua espera ou nos locais originais de partida ou num dos povoados a caminho na casa de algum parente. O autor retrata bem a saga dos retirantes em busca de novas áreas para exploração. Logo depois, quando esses ocupantes encontravam uma área propícia para trabalhar e estabelecer moradia, avisavam aos familiares e, assim, corria a propaganda, com isso mais pessoas seguiam para a nova área, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Atualmente não é muito diferente. Uma das causas da grande mobilidade da população, tanto na área de estudo quanto em qualquer parte do nordeste é a busca por melhores condições socioeconômicas de vida.

Grande parte dos moradores dos povoados que compõem a bacia veio para esta região por intermédio de familiares, como foi o caso do Sr. R. V. F, 76 (2008): “Meu irmão que ficou no Cento do Romão ali perto da Buritirana, aí ele avisou pra nós que tinha encontrado uma terra boa pra trabaiá, aí nós viemo pra cá todo mundo”. Já o Sr. J. L. A. 69 (2008) coloca: “Meu primo chegou aqui primeiro e voltou pra buscar a muié dele e disse lá é terra boa é toda de mata, muita água e muita caça”. O Sr. L. J. A., 69 (2008) indica que ficou sabendo da existência das terras do oeste maranhense: “Através de meus irmão que me convidaro”. É comum a influência de membros da família na migração e de uma região para outra.

É comum hoje, nos quatro povoados, a presença de vários membros da mesma família. Chegam a existir até três gerações de parentes e o mais importante é que permanecem no mesmo local onde seus antepassados estabeleceram moradia. O casamento entre membros de uma mesma família é muito comum nesses povoados. O que muda com relação às gerações anteriores é que logo a criação do GETAT eles conseguiram o título de proprietário das terras de seus antepassados.

Isso se reflete nas relações de trabalho existente na área. A exploração da terra, a produção coletiva em uma mesma área, o trabalho em mutirão, no caso é possível perceber mais nitidamente em dois dos quatro povoados, em particular, Jenipapo e Açaizal Grande, eram práticas que já faziam parte do cotidiano desses agricultores, o que já não acontece mais na área. Grande parte dos desbravadores da bacia, já não trabalham mais na agricultura. Fazem parte agora de um exército de aposentados que fazem apenas algumas atividades para ajudar no sustento da família. E foram exatamente eles que prestaram grande parte das informações contidas neste trabalho, para eles contar histórias sobre o passado é uma alegria, era possível perceber isso nos seus rostos, o brilho carregado de felicidade e empolgação durante as entrevistas.

Atualmente, verifica-se uma migração dos moradores que vivem nos povoados da bacia. O destino é bastante variado alguns se dirigem para a região sul do estado do Pará, em geral os atores são pequenos agricultores em busca de novas áreas para agricultura de subsistência, enquanto outros se deslocam para Goiânia e São Paulo, em sua maioria jovens em busca de estudos e/ou melhores oportunidades de trabalho. Martins (1996, p. 190), afirma que “[...] em algumas regiões do país é possível observar [...] migrações espontâneas em decorrência da saturação do solo”. É o que vem ocorrendo na área bacia do riacho Açaizal, onde grande parte dos moradores, em especial trabalhadores rurais e jovens se deslocam constantemente da área em busca de novas alternativas de vida, pois as atividades antes desenvolvidas não são suficientes para o sustento da família, isso para os trabalhadores e, no caso dos jovens, as condições locais não lhes proporcionam expectativas de uma vida futura, daí então o destino em geral são os grandes centros urbanos.

Os que ficam não tem grandes alternativas, em geral são aposentados ou famílias que preferem permanecer para não deixar para trás seus parentes, na maioria idosos. A falta de áreas propícias ao cultivo, aliada a baixa tecnologia empregada nos sistemas de cultivos existentes, obrigam os agricultores a se endividarem para conseguirem produzir o alimento básico, foi assim no início da ocupação por falta de estradas e acontece atualmente por falta de assistência técnica.

Como podemos constatar no depoimento do Sr. M. R. S. (2008).

Nóis vendia aqui mermo pu finado Zé Ferreira, nóis comprava as coisa lá na quitanda dele e vindia pra ele mermo. Ele comprava os arroz da gente tudo, mas era barato. Ele comprava em nossa mão barato quando nóis ia comprar lá no inverno era caro era um saco por dois.

Martins (1996, p. 190) se refere às condições de sobrevivência dos pequenos agricultores afirmando que: “Não raro tendo que se endividar no armazém para assegurar a sobrevivência de sua família durante o ano, vendendo antecipadamente a colheita que ainda não fez, do produto que ainda não está maduro.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retrato da situação socioeconômica da bacia do Riacho Açaizal foi e está sendo desenhado pelos atores participantes do processo de ocupação do território. A diminuição da população, a queda na produção agrícola, a substituição da vegetação pelas pastagens, o abandono do cultivo de produtos tradicionais por novas culturas, a má utilização dos recursos hídricos são reflexos do jogo de interesses dos grupos existentes atualmente, no interior da bacia. Os pioneiros no processo de ocupação da área hoje assistem os novos atores ordenarem e reordenarem os espaços de acordo com os interesses predominantes, com o intuito de atenderem aos anseios capitalistas em vigor. Nesse jogo de interesse o que menos importa é a preservação do patrimônio ambiental e cultural construído pelos pioneiros.

O que interessa a eles é a ampliação de suas propriedades e o aumento dos rebanhos bovinos em especial os da raça nelore, por serem de cor branca e causarem um sentimento de satisfação ao contemplarem tal visão, isso é o que nos afirma um fazendeiro da região que não quis gravar entrevista, dono de mais de dois mil hectares de terra e um rebanho bovino de cerca de três mil cabeças todos da referida raça.

Diante do exposto, percebe-se que os pioneiros também contribuíram, mesmo que inconscientes, para a degradação dos recursos naturais da bacia, com a retirada da vegetação nativa no entorno dos povoados e logicamente com o plantio de pastagens em suas propriedades.

No entanto, se formos analisar o espaço de tempo entre a ocupação inicial da bacia na década de 1960 até a chegada dos fazendeiros e empresários, por volta da década de 1980, com a implantação das transformações impostas pelos novos atores, chega-se a conclusão que em um pequeno espaço de tempo ocorreram transformações significativas, que não ocorreram em duas décadas de ocupação.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Corrêa de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense. São Luis: EDUFMA, 1987.
- ASSELIN, Vitor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras de Carajás. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- BARBOSA R. dos S; SANTOS L. C. A. dos. A Produção de Tapioca e os Impactos Ambientais no riacho Açaizal: o caso do povoado Açaizal Grande- Senador La Rocque-MA. **Pesquisa em Foco**. São Luis. v. 10, n. 2, p. 83-90, ago./dez. 2002.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luis: SIOGE, 1992.
- FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Agricultura do Maranhão Colonial**: Indicadores de Modernização. São Luís: UFMA, 1982.

- FEITOSA, Antonio Cordeiro. **O Maranhão Primitivo**: uma tentativa de reconstituição. São Luís: Augusta, 1983.
- FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas Escolar do Maranhão**: Espaço Geo-Histórico e Cultural. João Pessoa, PB: Grafset, 2006
- FUNASA, Fundação Nacional de Saude. Coordenação Regional de Imperatriz. **Relatório Anual de Atividades do Município de Senador La Rocque-MA**. FUNASA: Imperatriz, 2008.
- LIMA, Rosirene Martins. **O Rural no Urbano**: uma análise do processo urbano de Imperatriz. Imperatriz, MA: Ética, 2008.
- MARTINS, José de Sousa. A ocupação dos espaços vazios do território brasileiro. **Defesa Nacional**. n. 765. jul/set. 1994. p. 14-24.
- MARTINS, José de Sousa. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRODIAT- Projeto de Desenvolvimento da Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins. **Plano de desenvolvimento da área-programa de Imperatriz**. Brasília, 1985.
- ROCHA, R. G. Modernização da Agricultura e (re)ordenamento territorial nos Gerais de Balsas/MA. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.
- SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade**: a dinâmica de Imperatriz (MA) e suas implicações na região tocantina. 2005. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia, 2005
- TROVÃO, José Ribamar. **Ilha Latifundiária na Amazônia Maranhense; estudo da expansão da fronteira agrícola no médio vale do rio Pindaré**: o caso de Santa Inês. São Luís: UFMA/PPPG, 1989.
- TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do Território Maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.